

GREVE DE 24H CONTRA O CHOQUE DE GESTÃO

Professores (as) e orientadores (as) unem-se a outras categorias e paralisam em protesto contra pacote de arrocho

Todas as categorias do funcionalismo público do Distrito Federal (DF) pararam suas atividades laborais nesta quinta-feira (24), por 24h, em protesto contra o ajuste fiscal do governador Rodrigo Rollemberg. O pacote a ser implantado traz sérios prejuízos diretos e indiretos para servidores (as) públicos (as) e para a população.

Esta greve é um alerta para o governo mudar as propostas do pacote enviadas à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), em 14 de setembro, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que fixa o Orçamento do Distrito Federal para 2016. Se até o dia 7 de outubro não houver acordo, poderá haver greve geral por tempo indeterminado.

Dentre os cortes, destaca-se o não pagamento da última parcela do reajuste do Plano de Carreira em curso, prevista na Lei nº 5.105/2013. O governador simplesmente deixa de pagar



direitos assegurados em lei. Ele propõe modificações na lei para não pagar direitos já conquistados. Isso é calote. Esse é um dos aspectos negativos da concepção de gestão do ex-governador José Roberto Arruda resgatados pelo atual governo, ou seja, simplesmente não paga o que deve.

Outro prejuízo é a transformação da licença-prêmio em licença-capacitação. A licença-prêmio e a sua transformação em pecúnia é uma conquista traba-

lhista assegurada no Regime Jurídico dos Servidores do Distrito Federal (Lei Complementar nº 840/2011). Além do mais, a licença-capacitação é inadequada para a categoria docente porque é formada por profissionais com nível superior e tem sua formação continuada garantida na coordenação pedagógica.

O Projeto de Lei Complementar (PLC) 19, de 2015, que também é parte dessa série de projetos de lei que visa a instituir o choque de gestão no DF, desmonta a previdência dos (as) servidores (as) do DF, criando uma previdência complementar.

Os cortes atingem a nomeação de concursados (as) que estão no banco de cadastro, bem como a realização de novos concursos públicos. Esse tipo de ação resulta em sobrecarga de trabalho para os ativos, em mais sucateamento da educação pública e gratuita e prejuízo para a população que paga impostos caros para ter seus direitos sociais assegurados.

Lideranças sindicais irão pressionar os deputados distritais para não aprovarem as medidas do pacote que dependem de projeto de lei. Os advogados estão trabalhando na perspectiva de judicializar essas medidas. A suspensão do serviço é o último recurso da luta e não está descartada em razão da gravidade das medidas divulgadas.

FUNCIONALISMO PÚBLICO SOFRE COM ATRASOS EM PAGAMENTOS

Os prejuízos vêm ocorrendo desde o fim de 2014 e início de 2015. Em janeiro, a CUT Brasília convocou e os (as) docentes, juntamente com outras categorias, acamparam na Praça do Buriti para pressionar o GDF a pagar férias, 13º salário e outros acertos financeiros devidos. Muitos tiveram de pedir empréstimo bancário para garantir os primeiros meses de 2015.

Uma paralisação de uma semana adiou o início do ano letivo porque, de forma arbitrária, assim como ocorre agora, o governo tentou adotar pacote fiscal e dar calote nos salários. Chegamos ao segundo semestre e o GDF mantém a mesma posição. Apresenta medidas para “sanear as contas” que estão levando ao caos os pagamentos de salários. No início de 2015, a categoria re-

verteu, com sua mobilização, até o fim de março, a maioria dos ataques.

Porém, ao retomar o choque de gestão, o governo propõe medidas ainda mais perversas que oficializam o “calote” ao buscar legalizar a extinção de direitos com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e ao tentar barrar a correção salarial garantida em lei e que visa a evitar perdas do poder aquisitivo

com o reajuste do Plano de Carreira em curso.

Para implantar essas regras, o governo adota políticas neoliberais refutadas nos anos 1990 nas gestões dos ex-presidentes da República Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, como o Plano de Demissão Voluntária (PDV), a suspensão de concursos e a privatização da CEB e da Caesb.

O ajuste impõe prejuízos diretos e indiretos aos brasileiros, como a criação de impostos e o aumento das alíquotas dos existentes, o aumento das passagens de ônibus e da refeição dos restaurantes populares. Vale lembrar que os (as) servidores (as) públicos (as) também são população do DF, portanto, são duplamente afetados com as tais medidas do choque de gestão.

O ATAQUE AOS DIREITOS

Reajuste e Plano de Carreira

O não pagamento do reajuste do Plano de Carreira é descumprimento da lei. Esse reajuste foi garantido na Justiça, no primeiro semestre deste ano. Esse não pagamento não significa medida de contenção de despesa, e sim um calote nos servidores. O plano foi reestruturado com base no acordo que pôs fim à greve de 52 dias, em 2012. Na ocasião, várias autoridades de entidades nacionais e da capital federal participaram da negociação, incluindo aí o então senador Rodrigo Rollemberg que considerou o pleito justo em relação à reformulação da carreira e à valorização salarial.

Licença-prêmio

Além de não pagar a licença-prêmio dos recém-aposentados (as) e em processo de aposentadoria, o governo Rollemberg apresenta uma proposta que altera a LC 840/11 e extingue a atual licença-prêmio para criar uma solução denominada licença-capacitação. Essa transformação reflete como calote para os (as) professores (as), uma vez que a categoria é composta por profissionais com nível de escolaridade universitário e 70% tem pelo menos uma pós-graduação. A licença-capacitação, conforme a proposta do governo, não terá aplicação na carreira docente, visto que quando um professor faz um mestrado ou doutorado, tanto a LC 840/2011 como a Lei nº 5.105/13 já concedem a licença para estudos com período maior do que os três meses da licença-prêmio.

Concurso público e nomeações

Entre as medidas da chamada contenção de despesas, está a interrupção das nomeações de professores (as) e orientadores (as) educacionais do banco de concursados da Secretaria de Educação e a suspensão de novos concursos públicos. Os (as) servidores (as) não abrem mão de um serviço público de qualidade que a cidade precisa e paga. Portanto, é necessária a renovação dos quadros do funcionalismo público. Por isso, a suspensão de concursos públicos é considerada mais um calote. A categoria docente exige a realização de novos concursos, como o de professor que está previsto para dezembro, e também a nomeação de professores (as) concursados que estão no banco de reserva e dos (as) orientadores (as) educacionais.

Previdência (PLC 19/2015)

O Projeto de Lei Complementar nº 19 modifica a previdência do funcionalismo. Um de seus efeitos nefastos é que os novatos que quiserem se aposentar com salários acima do teto terão de aderir. No futuro, criará interesses e pautas diferentes, dividindo a categoria e enfraquecendo a luta por melhorias na relação de trabalho e por conquistas salariais. O projeto permite ao GDF ingerir sobre os recursos do Instituto de Previdência do Distrito Federal (Iprev). Altera pontos como a composição do conselho do Iprev para reduzir o número de participantes da classe trabalhadora e poder deliberar sobre os recursos à revelia da vontade dos contribuintes. Lideranças sindicais denunciam a possibilidade de perdas de direitos, como a aposentadoria especial.

Auxílio-alimentação dos servidores do GDF

Outro calote nos (as) professores (as) e orientadores (as) é o não pagamento do auxílio-alimentação. Hoje (24/9) completamos 147 dias sem reajuste deste benefício previsto pela LC 840/2011. Em abril, o GDF alegou desconhecimento do regime jurídico dos servidores e da Lei 5.108/2013, que autoriza o GDF a atualizar anualmente o valor do auxílio alimentação. Mas voltou atrás na segunda quinzena de maio e avisou que cumpriria a LC 840/11. No entanto, estamos em setembro e o percentual não foi divulgado. A categoria reivindica isonomia no auxílio-alimentação com os servidores da CLDF, o qual é custeado pelo Tesouro do DF. Os (as) professores (as) sempre lutaram pelo aumento do auxílio-alimentação e não aceitarão retrocessos e calotes.

SERVIDORES PÚBLICOS UNIFICADOS E PRONTOS PARA A GREVE GERAL

Manifestação desta quinta-feira é um alerta para que o GDF reveja calote sobre o funcionalismo distrital



Fórum em Defesa do Serviço Público solicita audiência com Rollemberg

As entidades que representam o serviço público no DF estão unificadas, caminhando juntas, com as bases mobilizadas. A manifestação de hoje (24/9) é um alerta para que o Governo do Distrito Federal (GDF) reveja a sua postura, repense o calote que está dando nos servidores. Caso o governo Rollemberg dê sequência às suas ações podemos chegar a uma greve geral do funcionalismo por tempo indeterminado, infelizmente, penalizando a todos – à sociedade e aos

um pacote de medidas econômicas e administrativas para, segundo o governo, equilibrar as contas de Brasília. Sob o argumento de ter encontrado um suposto rombo de R\$ 6,5 bilhões no início da gestão e de ter atingido o limite máximo permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com gasto de pessoal, o governo local decidiu suspender reajustes de 32 categorias profissionais - que entrariam em vigor neste semestre.

Para o coordenador do Fórum, o governador Rollemberg, a despeito da suposta crise que ele diz que o GDF está passando, tenta colocar nas costas dos servidores públicos e dos trabalhadores em geral a conta do rombo que diz existir. “De fato, o que ele busca é um ataque constante ao serviço público, visando à destruição e à retirada de di-

próprios servidores. Mas não aceitaremos o calote. A análise é do professor Rodrigo Rodrigues, secretário-geral da CUT Brasília e coordenador do Fórum em Defesa do Serviço Público no DF. Criado em 2007, o Fórum agrega todos os sindicatos que representam o serviço público no DF. “São cerca de 19 entidades, tendo como objetivo o debate, ou seja, discutimos e encaminhamos as pautas que são unitárias nas diversas categorias do funcionalismo. Obviamente, em momentos de crise e retirada de direitos, o Fórum tem uma atuação mais incisiva, como é o caso agora do pacote de calotes protagonizado pelo governo Rollemberg”, explica Rodrigo Rodrigues. A última do GDF foi o anúncio de

reitos. Nós estávamos em um quadro crescente de qualificação do serviço público, de contratação de novos servidores, de ampliação de direitos e de consolidação de direitos já conquistados. O governo Rollemberg agora faz um movimento de refluxo desses direitos”. Rodrigo Rodrigues diz que a Lei nº 840/2011, que consolida uma série de direitos dos servidores, tem sido sistematicamente descumprida pelo GDF. “Os reajustes que foram conquistados com luta e mobilização foram questionados no semestre passado e o Conselho Especial do TJDF os validou por unanimidade. Agora, Rollemberg quer dar um calote nos servidores, não concedendo esses reajustes”.

“Fora isso, existe uma série de tentativas de retirada de direitos, como é o caso da mudança da licença-prêmio, assim como o não pagamento de horas-extras - necessárias para próprio atendimento do sistema - e da

servidores e nos aposentados. O PL 19/2015 foi encaminhado à Câmara Legislativa sem nenhum tipo de debate com os servidores. Nós defendemos a sua retirada. Não aceitamos mudanças em direitos e garantias sem que tenhamos participação no processo e concordemos com elas”. **Demissões** – Apesar do discurso em contrário, o governo Rollemberg pode sim demitir servidores. “O PDV [Plano de Demissões Voluntárias] já é uma realidade em diversas empresas públicas e é danoso para o serviço público porque ele acaba atingindo a mão de obra mais qualificada e experiente. São os mais antigos que acabam aderindo a esse tipo de programa. Isso faz diminuir o número de servidores e a contratação de novos servidores acaba não suprimindo a demanda do serviço. Sem falar que isso precariza ainda mais o serviço, pois os novos servidores não possuem a experiência daqueles que saíram. Mais grave: o GDF apresentou para os servidores da CEB uma pauta que contempla um Plano de Demissão Involuntária (PDI), que quebra a estabilidade dos servidores e abre a possibilidade de demissão injustificada e involuntária de servidores concursados da empresa”, denuncia Rodrigues. O coordenador do Fórum em Defesa do Serviço Público no DF lembra que “como já dissemos, os servi-



Em tempos não muito distantes, Rollemberg defendia os direitos dos servidores

alteração das jornadas de trabalho de diversas categorias. Com isso, muitos poderão fazer a opção de não continuar no serviço público. No caso do Magistério, há indícios de querer acabar com a jornada ampliada. Nós vemos aí uma tentativa de destruição do serviço público no DF promovida pelo próprio governo”, adverte o dirigente. **Previdência** – Como parte das iniciativas do GDF contra os servidores está o PLC nº 19/2015, que desmonta o regime previdenciário do serviço público do DF. Para Rodrigo Rodrigues, na verdade, “o GDF tenta mirar no Instituto Previdenciário do Distrito Federal (IPREV/DF) cerca de R\$ 3 bilhões, para movimentar livremente esses recursos. Isso é mais uma tentativa de calote nos

dores estão unidos. E uma greve geral do funcionalismo não está descartada, infelizmente colocando em risco a prestação de serviços e podendo gerar o caos no Distrito Federal”.

